

HABEAS CORPUS Nº 494.496 - RO (2019/0049924-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
RAFAEL MIRANDA SANTOS - MT0225500
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PACIENTE : JANDIR GERMANO (PRESO)

DECISÃO

O paciente acoima de ilegal decisão proferida por desembargador do Tribunal *a quo* no Habeas Corpus n. 0000779-05.2019.8.22.0000, em que foi **mantida sua prisão preventiva**.

Cautelarmente segregado desde 10/2/2019 pela suposta prática do delito previsto nos art. 129, § 9º, do Código Penal, na forma da Lei n. 11.340/2006, requer **a revogação da medida cautelar máxima**, porquanto asseverar estar ausentes os requisitos estabelecidos pelo art. 313 do Código de Processo Penal, não ter sido indicada fundamentação concreta quanto ao *periculum libertatis* e haver violação ao princípio da homogeneidade.

Decido.

I. Aplicação da Súmula nº 691 do STF

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, “c”), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau.

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical**, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor da Súmula nº 691

do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

II. Prisão preventiva

Não há dúvidas de que o deferimento da medida cautelar é excepcional, cabível apenas em hipóteses de flagrante ilegalidade e em que evidenciados o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

Da análise dos autos, **ao menos em um juízo de cognição sumária, não vislumbro** manifesto constrangimento ilegal a ensejar o deferimento da medida de urgência.

O Desembargador relator, ao manter a prisão preventiva, destacou que **"o paciente ostenta condenação anterior pelo crime de ameaça** nos autos n. 0020968-82.2007.8.22.0013, tendo sido extinta a punibilidade na data de 26/3/2012" (fl. 24, grifei).

Tal condição já havia sido ressaltada pelo Juízo singular quando do indeferimento do pedido de revogação da prisão preventiva, oportunidade em que apontou que **"não se pode ignorar, por enquanto, a personalidade do preso, ostentar ao que parece mais de uma condenação anterior confirme ficha de antecedentes"** (fl. 51, destaquei).

Com efeito, consoante disposto nos incisos e no parágrafo único do art. 313 do Código de Processo Penal, para a decretação da prisão preventiva, é necessária a configuração de uma entre as seguintes hipóteses, consideradas requisitos de admissibilidade da segregação cautelar:

I – nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos; (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

II – **se tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso I do caput do art. 64 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).**

III – se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das

medidas protetivas de urgência; (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

IV – (Revogado pela Lei nº 12.403, de 2011).

Parágrafo único. Também será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, salvo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

Sob essa premissa, verifico que as instâncias ordinárias entenderam devida a prisão preventiva do acusado, dado o registro de condenações anteriores em sua ficha criminal, **o que além de permitir a imposição da medida, consoante exposto no art. 313, II, do CPP, justifica sua adoção em face do apontado risco de reiteração delitiva.**

III. Dispositivo

À vista do exposto, nos termos do art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** este habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**